

FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto



GUIA DO ESTUDANTE
Ramo Educacional

**EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO
1994/95**

FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Av. dos Almada Garrett, 43
4099-001 PORTO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Av. dos Almada Garrett, 43
4099-001 PORTO

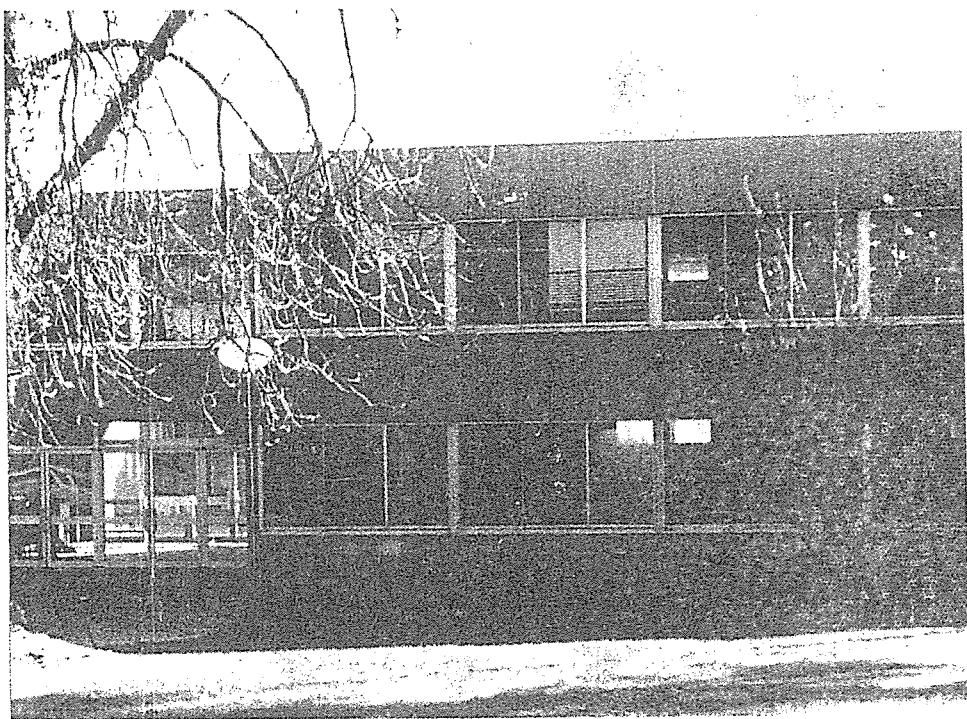
GUIA DO ESTUDANTE
XV



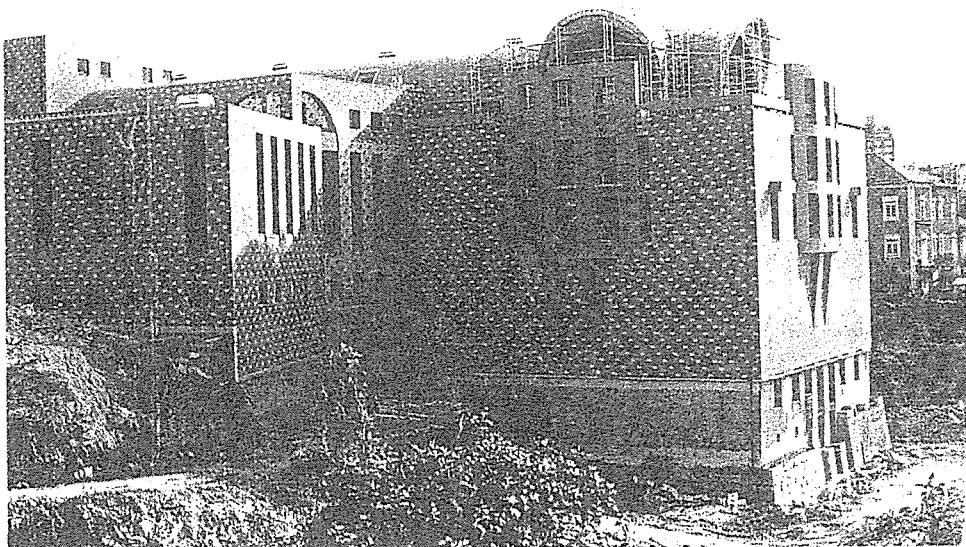
**EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO
1994/95**

Guia do Estudante da FLUP.RAMEDUC.
Vol.15, 1994-95
Publicação Anual

Dactilografia: Margarida Santos
Execução e Impressão: Oficina Gráfica
Tiragem: exemplares

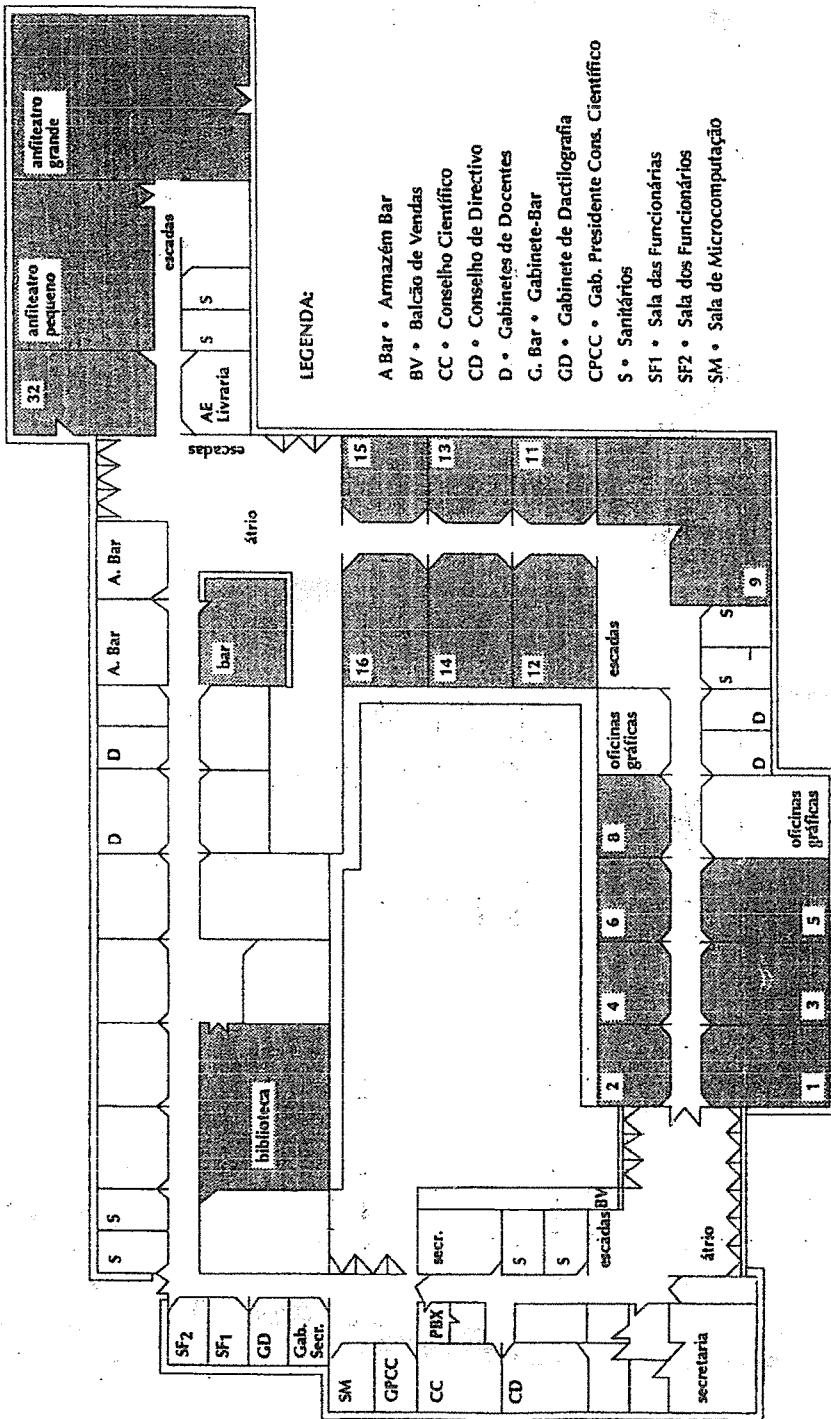


FLUP — Actuais instalações



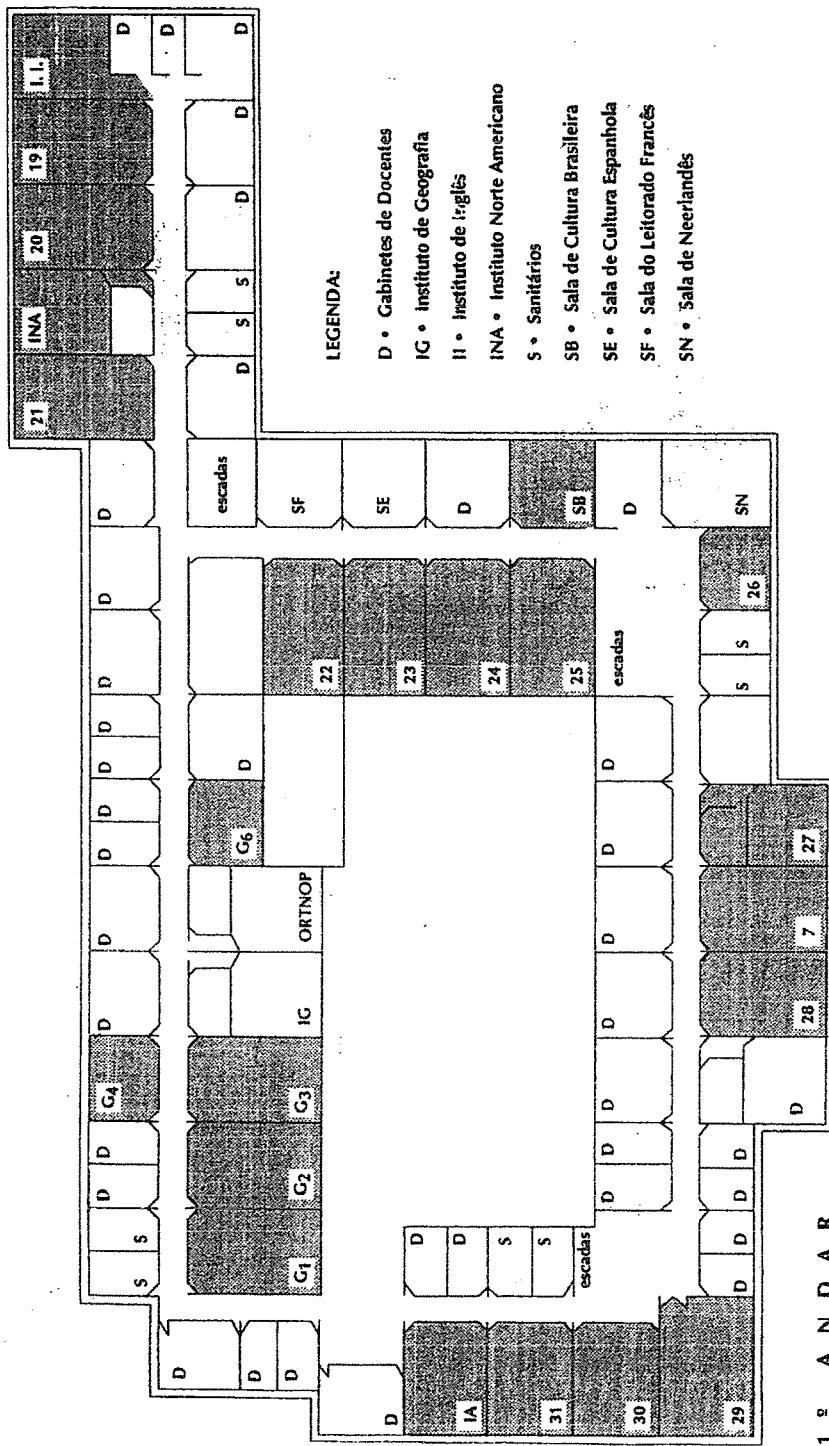
FLUP — Próximas instalações

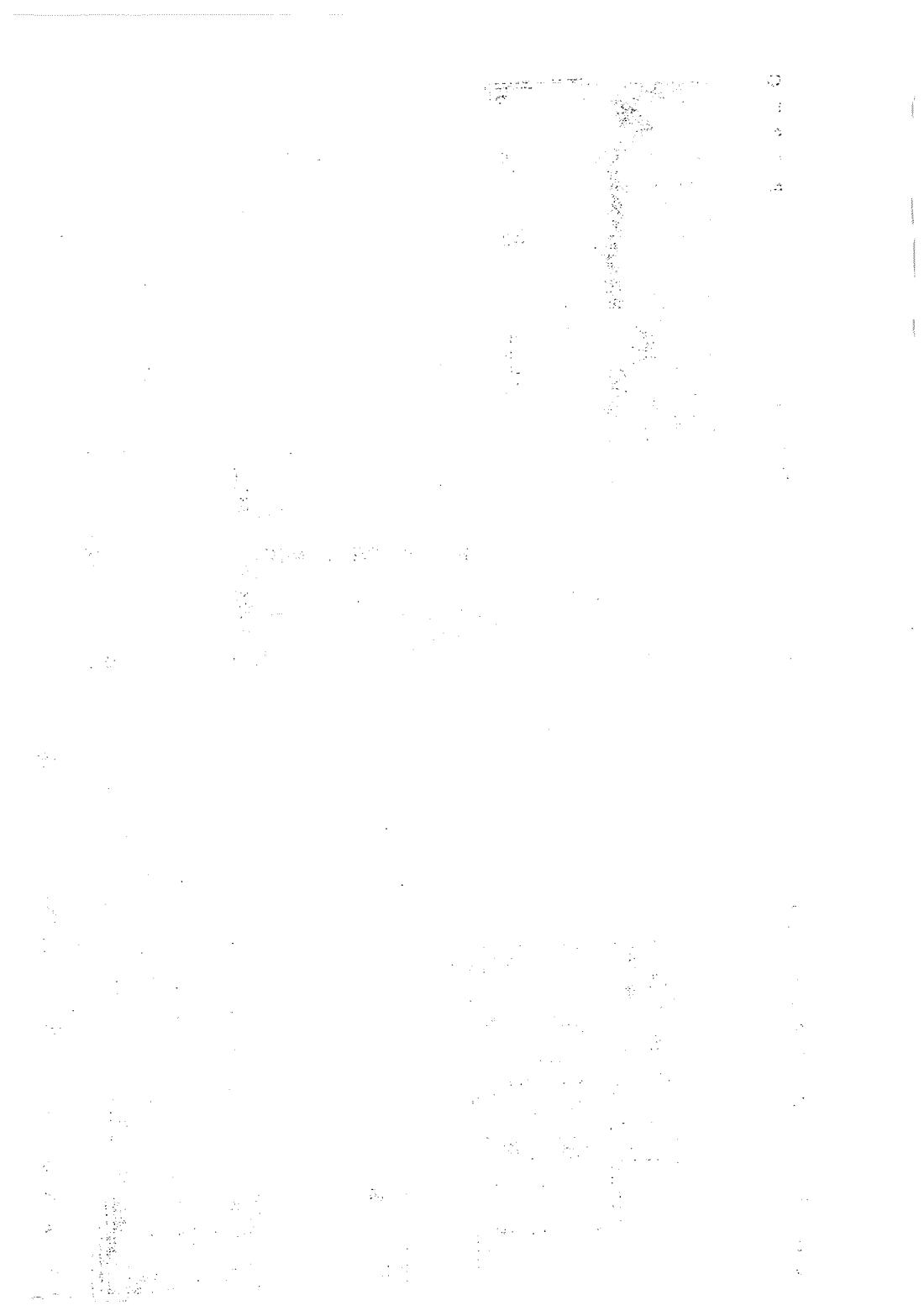
EDIFÍCIO PRINCIPAL DA FACULDADE DE LETRAS • PORTO



R E S U M Ā O

E D I F Í C I O P R I N C I P A L D A F A C U L D A D E D E L E T R A S • P O R T O





INTRODUÇÃO

GUIA DO ESTUDANTE

INTRODUÇÃO

O estudante que, pela primeira vez, frequenta algum dos cursos ministrados na FLUP carece de um conjunto mínimo de informações que o situe na Escola e na realidade nova que para ele certamente significa a entrada na Universidade. Mas também os outros, aqueles que conhecem há um ou mais anos os corredores e as salas de aula desta Casa, necessitam de indicações actualizadas sobre programas, bibliografia, temas, normas de avaliação, calendário, etc.

Por isso, continuando uma tradição que remonta a 1980/81, o Conselho Directivo coloca à disposição dos alunos o Guia do Estudante que vai já na sua 15^a edição.

O passado tem mostrado a enorme utilidade desta publicação. Oxalá a presente edição continue a prestar os relevantes serviços de sempre e que, para além disso, possa constituir um sinal da vitalidade e do imenso labor desenvolvido nesta Faculdade.

Porto e Faculdade de Letras, Julho de 1994

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

ÓRGÃOS DE GESTÃO DA FACULDADE

Assembleia de Representantes
Conselho Directivo
Conselho Científico
Conselho Pedagógico
Conselho Administrativo
Conselho Consultivo.

SERVIÇOS DA FACULDADE

A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições
" de Equivalências
de Mudanças de Curso.

Horário normal de abertura ao público:
de 2^a a 6^a feira: 14H00 - 16H30
Encerra ao Sábado.

B - Tesouraria

Horário de atendimento:
de 2^a a 6^a feira: 9H30 - 11H30
14H30 - 16H30
Encerra ao Sábado.

C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Biblioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os utilizadores devem possuir o cartão de leitor, o qual deverá ser revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

1. Tipos de leitura:

- a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado);
na Sala de Obras de Referência (livre acesso);
- b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.

2. Sala dos Catálogos:

- a) Onomástico
- b) Didascálico
- c) CDU (Classificação Decimal Universal)
- c) Cardex (Publicações Periódicas)
- d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos)
- e) Bases de dados locais.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), e nas bases de dados locais, pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem também obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras classificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, encyclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura: (Excepto nos períodos de férias)

2^a a 6^a feira: 8H30 - 19H00

4. Leitura de presença

4.1. Obras em depósito.

4.1.1. Para a leitura de presença, o leitor só pode requisitar 3 obras de cada vez.

4.2. Obras em livre acesso (Sala de leitura e de Referência)

4.2.1. A estas obras poderá o leitor aceder directamente, ficando estabelecido que não deverá voltar a colocá-las nas estantes, mas num local designado para esse efeito.

5. Leitura domiciliária

5.1. Podem ser requisitadas 3 obras diferentes simultaneamente.

5.2. O empréstimo de obras para leitura domiciliária processa-se entre as 14h e as 18h e a sua devolução deverá ocorrer impreterivelmente 48 horas depois de terem sido requisitadas.

5.3. As requisições das mesmas obras podem ser renovadas, quando não haja prejuízo para outros leitores.

6. Os alunos invisuais dispõem do aparelho Optacon oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.

7. Estão disponíveis para pesquisa em CD-ROM diversas bases de dados cuja utilização obedece a um regulamento afixado na Biblioteca.

8. Serviço de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade:

Boletim Bibliográfico (Semestral), 1979 ss.

Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989.

Trabalhos de Docentes da F.L.U.P.; "Boletim Bibliográfico - Anexo II", Porto, 1989.

Núcleo das Obras que constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto, 1990.

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos, "Boletim Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990.

Bibliografia Temática:

- 1- "Biblioteconomia e Documentação", 1989.
- 2- "Educação, Pedagogia, Didáctica", 1989.
- 3- "Biblioteconomia, Documentação, Arquivística", 1989.
- 4- Biblioteconomia. Documentação. Arquivística, 1991.
- 5- Literatura Medieval. Cultura Medieval, 1992.
- 6- Sociologia, 1992.

Boletim de Sumários, 1988 ss.

Reservados da Biblioteca Central, 1^a ed., 1989; 2^a ed., 1990

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Ingleses, Porto, 1991

Dissertações Académicas, Porto, 1992

Núcleo Documental da Sala Brasileira, Porto, 1992

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação:

Instituto de Estudos Ingleses

- " de Estudos Norte Americanos
- " de Estudos Germanísticos
- " de Geografia
- " de Cultura Portuguesa
- " de Arqueologia
- " de Documentação Histórica Medieval
- " de Filosofia e História da Filosofia
- " de História de Arte
- " de Língua Portuguesa
- " de Literatura Comparada
- " de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
- " de Sociologia
- " de Ciências da Educação
- " de Estudos Franceses

Sala Brasileira

- " Espanhola
- " Neerlandesa
- " de História Moderna
- " de História Medieval

Centro de História

- " de Linguística
- " de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

D - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações; apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preçário fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público:

2^a a 6^a feira: 8H30 - 19H30

BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:

2^a a 6^a feira: 8H30 - 19H00

Encerra ao Sábado, normalmente.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:

2^a a 6^a feira - 7H30 - 23H00

Sábados- 7H30 - 13H00.

ACTIVIDADE ESCOLAR

A. Cursos de Licenciatura

História

História (Variante Arte)

História (Variante Arqueologia)

Filosofia

Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est. Port/Ing; Est. Port/Alem; Est. Ing/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ing.)

Geografia

Sociologia.

B - Cursos Profissionalizantes:

a) Ramo educacional:

regime transitório

regime normal (3º, 4º e 5º anos).

b) Tradução

C - Cursos de pós-graduação:

a) Mestrados:

História Medieval

História Moderna

História Contemporânea

História da Arte

Arqueologia

História da Cultura Portuguesa (Época Moderna)

Filosofia do Conhecimento

Filosofia Medieval

Filosofia da Educação

Literaturas Românicas Modernas e Contemporâneas

Estudos Anglo-Americanos
Linguística Portuguesa Descritiva
Geografia
Sociologia

- b) Curso de Especialização em Ciências Documentais - Opção "Bibliotecas e Documentação"; Opção "Arquivos"
c) Curso de Pós-Graduação em Museologia.

D - Curso de Português para Estrangeiros.

E - Cursos de Formação Contínua de Professores.

F - Actividades de extensão cultural - O Ciclo de Conferências promovidas pelo Conselho Directivo no ano lectivo anterior, terá continuidade no presente ano lectivo. Foi já publicado o texto da 1ª Conferência, proferida em 31 de Março de 1993: SOVERAL, Eduardo Abranches de, Meditação Heideggeriana, Conferências da FLUP, Ed. do Conselho Directivo, 1993

INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

1. RAMO EDUCACIONAL:

Regime transitório (Port. 850/87):

1º ano:

- a) os alunos que concluem a licenciatura (plano de estudos antigo) têm direito a candidatar-se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;
- b) equivalências concedidas:
em Filosofia: Filosofia da Educação e Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa a Metodologia do Inglês.

2º ano:

- a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regional de Educação do Norte;
- b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);
- c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro e de Dezembro só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

Regime normal (Port. 850/87):

1. Para poder candidatar-se ao ramo educacional - regime normal - o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).

2. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1º e do 2º ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

I - O regulamento dos estágios, encontra-se publicado na Port. 659/88, de 29 de Setembro.

II - Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.

III - Informa-se que a Unidade de Apoio aos Alunos Deficientes (UAAD), da Pró-Reitoria da Universidade (Acção Social Universitária e Assistência Médica), presta apoio psico-social e médico-pedagógico aos estudantes invisuais. Neste âmbito a UAAD promove também a passagem de textos de apoio em Braille, com a colaboração da Associação de Cegos do Norte de Portugal.

No que concerne a aquisição do material específico, por parte destes alunos, dispõem os mesmos de cassetes, a preço mais acessível, no Centro de Documentação e de material didáctico dos Serviços Sociais da Universidade do Porto (SSUP).

Mais se informa que a Pró-Reitoria aguarda uma resposta da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sobre uma proposta de colaboração para a gravação de textos de estudantes inviduais da Universidade do Porto.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):

- a) Os alunos interessados nestes cursos poderão optar pelo curso de tradução em Inglês-Português, de Francês-Português ou de Alemão-Português.
- b) Serão candidatos à admissão nestes cursos, os alunos inscritos no 2º ano, que reunam as condições de transição para o 3º ano do respectivo curso.
- c) Os candidatos serão seleccionados de acordo com as médias obtidas nos dois primeiros anos do curso.

INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.
2. Mudança de variante em LLM: os pedidos dos alunos da FLUP só podem ser considerados depois de terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram.
3. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) - as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

Notas:

1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto Indicações Úteis aos Alunos, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.
2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a micro-radiografia.

NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 4/Julho/94)

No desempenho das funções que lhe competem segundo os Estatutos da Universidade do Porto e os Estatutos da Faculdade de Letras e de acordo com a legislação em vigor, o Conselho Pedagógico aprovou as Normas de Avaliação de Conhecimentos para o ano lectivo de 1994-1995.

Estas normas pretendem corresponder a uma renovação das nonnas até agora vigentes.

Embora a muitos pareça necessária uma remodelação profunda destas normas, o Conselho Pedagógico optou por uma reformulação que mantivesse a estrutura global do método de avaliação, uma vez que o projecto de reestruturação dos cursos ainda não entrou em funcionamento. Todavia, pareceu-nos urgente simplificar e clarificar as normas de avaliação, já que elas, com os sucessivos ajustamentos que têm sofrido, se têm revelado demasiado complexas, com uma formulação confusa, repetitiva e, por vezes, contraditória.

A. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Artº 1º - Caracterização das modalidades de avaliação

1. Admitem-se as seguintes modalidades de avaliação:
 - a. Avaliação contínua.
 - b. Avaliação periódica.
 - c. Avaliação final.
2. Nos termos do artigo 18º é permitida a combinação, numa mesma cadeira, da modalidade de avaliação contínua com uma das outras modalidades de avaliação, prevalecendo, dentro de cada uma dessas formas de avaliação, as normas respectivas.
3. Poderão existir, em alternativa ou em combinação com outras modalidades, trabalhos de investigação ou de campo obrigatórios, definidos nos termos dos artigos 2º, 16º, 17º e 18º.

Artº 2º - Definição inicial da avaliação e sua apresentação

1. No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina, o docente deve comunicar o plano de avaliação e dialogar com os alunos acerca dos seus diferentes aspectos, explicitando:

a) objectivos pedagógico-didácticos;

b) modalidades de avaliação, com referência à existência ou não de avaliação contínua e à forma como, dentro dos limites impostos nestas normas, esta poderá ser combinada com outras modalidades;

c) existência ou não de trabalhos de investigação obrigatórios e/ou facultativos;

d) os índices e critérios de ponderação de cada uma das componentes de avaliação (testes, trabalhos de investigação, trabalhos de campo, participação nas aulas teóricas e práticas).

e) o número e o tipo de testes mínimo para as disciplinas em modalidade de avaliação contínua.

2. O estipulado no ponto 1. deve obrigatoriamente ser registado pelo docente no livro de sumários, até ao fim do primeiro mês de aulas.

3. O plano de avaliação terá em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:

a) número de alunos;

b) número de docentes;

c) natureza da disciplina e conteúdos a leccionar.

4. Todos os alunos devem tomar conhecimento desde o início do ano lectivo do plano de avaliação de cada uma das disciplinas em que estão inscritos. Em caso algum poderão invocar desconhecimento desse plano nos momentos de avaliação.

B. AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Artº 3 - Tipos de provas

1. A modalidade de avaliação contínua terá um número de provas mínimo a definir pelo docente no início do ano lectivo e em correlação directa com as matérias a leccionar. Estas devem ser distribuídas regularmente, consistindo na realização complementar ou em alternativa de vários tipos de provas: trabalhos escritos e orais, relatórios de leitura ou de trabalho de campo, elaboração de bibliografias críticas, testes escritos ou orais, etc.

2. Uma das provas tem que ser obrigatoriamente um teste escrito.
3. Os alunos devem ser informados sobre todos os elementos de avaliação, incluindo os trabalhos orais e a participação nas aulas, e sobre os critérios de ponderação adoptados.
4. As classificações de avaliação contínua devem ser regularmente comunicadas ao aluno e publicadas até uma semana antes do prazo limite de desistência de avaliação contínua.

Artº 4 - Funcionamento das aulas

1. A avaliação contínua pode ser realizada apenas em turmas cuja frequência média não excede 30 alunos.
2. O quantitativo referido no ponto anterior poderá, eventualmente, ser alterado, após autorização do Conselho Pedagógico, e mediante justificação do docente.
3. As disciplinas ou turmas que funcionam no regime de avaliação contínua podem ter aulas durante a interrupção motivada pelas primeiras provas de avaliação periódica, mediante acordo entre professor e alunos.

Artº 5 - Exigência de presença às aulas

1. A avaliação contínua obriga à presença do aluno, no mínimo, em 75% das aulas.
2. A presença dos alunos é verificada pela assinatura de folhas de presença, sob a responsabilidade do docente.

Artº 6 - Inscrição e desistência

1. A inscrição nesta modalidade de avaliação é feita no decurso do primeiro mês de funcionamento da disciplina.
2. Os alunos podem desistir da avaliação contínua, até quinze dias antes da realização do primeiro teste de avaliação periódica. Os alunos que desistirem da avaliação contínua só poderão submeter-se à avaliação final.
3. A desistência efectua-se por comunicação escrita, datada e assinada e entregue pessoalmente ao docente.

Artº 7 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação contínua é considerado reprovado, tendo, no entanto, direito a realizar exame final na época de recurso e nas condições fixadas pelo artigo 13º.

C. AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Artº 8 - Tipos de provas

1. O número mínimo de provas a realizar é de duas, sendo uma obrigatoriamente um teste efectuado na presença do docente e podendo a outra ser um trabalho elaborado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno, nos termos do artigo 2º.

2. Nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo para além das duas provas de avaliação periódica, os referidos trabalhos deverão obrigatoriamente regular-se pelo disposto no artigo 18º.

3. As provas só podem incidir sobre matéria leccionada até 8 dias antes da sua realização.

Artº 9 - Repescagem

1. Para que os alunos se considerem aprovados em avaliação periódica, a média final tem de ser positiva e em nenhuma das provas a nota pode ser igual ou inferior a sete valores.

2. Os alunos que não estejam na situação referida no ponto 1, ou que tenham faltado a uma das provas, têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realização simultaneamente com o exame final da época normal.

3. A nota de uma das provas de avaliação periódica tem de ser igual ou superior a 9,5 para o aluno poder realizar a prova de repescagem.

Artº 10 - Inscrição e desistência

1. A inscrição do aluno nesta modalidade de avaliação considera-se efectiva pela sua presença na primeira prova de avaliação periódica.

2. Os alunos que não compareçam a uma das provas, mas queiram optar ou manter-se nesta modalidade de avaliação, devem entregar ao responsável da cadeira uma declaração datada e assinada, até cinco dias úteis após o reinício das aulas, para o caso da primeira prova. Para a segunda prova, o prazo é de cinco dias após a realização da mesma.

3. Presume-se que um aluno que não cumpra com o disposto no ponto 2 optou pela modalidade de avaliação final.

4. Um aluno que compareça a duas provas de avaliação periódica perde o direito à desistência desta modalidade de avaliação, não podendo realizar exame final na época normal, excepto nos casos contemplados no ponto 7 do artigo 13º.

Artº 11 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno que obtenha classificação média negativa em avaliação periódica é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme os artigos 13º e 15º das actuais normas.

Artº 12 - Tipos de provas em línguas vivas

1. Sem prejuízo do exposto nos artigos 8º, 9º e 10º, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais.

2. As provas escritas são, no mínimo duas e precedem a prova oral, obrigando a uma média mínima de nove valores, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.

3. Cabe aos docentes fixar o momento de realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 2 dias úteis após a afixação dos resultados das provas escritas, segundo o estipulado no artº 20º.

4. A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas e segundo o estipulado no artigo 15º destas normas.

5. Em línguas vivas a prova oral funciona sempre como uma prova autónoma, obrigatória, com a finalidade de avaliar a capacidade de expressão oral do aluno, nunca podendo ser entendida como prova de repescagem das provas escritas.

6. Para que os alunos se considerem aprovados nenhuma das três provas realizadas pode ter uma classificação inferior a oito valores.

D. AVALIAÇÃO FINAL

Artº 13 - Tipo de provas

1. O exame final é constituído por uma prova escrita e, se necessário ou requerido, uma prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta.

2. Nos exames finais, épocas de recurso e especial, há apenas uma chamada por cada disciplina.

3. Nas disciplinas com prova prática obrigatória no exame final, esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo realizado ao longo do ano lectivo, desde que para tal haja acordo entre professor e aluno, nos termos do artigo 2º e do artigo 18º.

4. Os alunos podem realizar exames na época de Setembro a todas as disciplinas a cujas provas faltaram ou de que desistiram em regime de avaliação contínua ou periódica.

5. Para os alunos que realizem recurso de qualquer modalidade de avaliação em Setembro, existe um limite de duas disciplinas anuais ou quatro semestrais.

6. Na época especial (Dezembro), os alunos podem fazer exame final a um máximo de duas disciplinas anuais ou quatro semestrais, desde que estas sejam suficientes para a obtenção de grau ou diploma.

7. Os alunos do 4º ano dos diversos cursos, com exceção do de Sociologia, podem realizar recurso da classificação de avaliação periódica ou contínua na época normal, sem limite de número de disciplinas.

8. O recurso referido no ponto 7 não pode ser repetido na época de Setembro.

Artº 14 - Exames para melhoria de classificação

1. Os alunos podem requerer melhoria de classificação a qualquer disciplina, sem restrição numérica, mas uma só vez. Esta melhoria tem que ser realizada até à época de recurso (inclusivé) do ano lectivo seguinte.

2. Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de classificação no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas respectivas têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que tem lugar o novo exame e de prestar provas com o docente (ou docentes) que ministra(m) os referidos programas.

3. Na melhoria de nota prevalece a classificação mais elevada.

Artº 15 - Provas orais em avaliação final

1. As provas orais devem realizar-se em salas abertas ao público, perante um júri constituído por um número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.

2. Cabe aos docentes determinar o momento da realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 2 dias úteis após a afixação da classificação da prova escrita correspondente.

3. A nota mínima de admissão à prova oral é de 7,5 valores, excepto no caso das disciplinas de línguas vivas em que a nota minima é de 9 valores.

4. Os alunos que obtenham na prova escrita nota igual ou superior a 10 valores ficam dispensados da prova oral (excepto no caso das línguas vivas) sem que, no entanto, lhes seja vedado requerê-la no prazo de 2 dias úteis após a afixação da classificação da prova escrita.

5. Sempre que se realize uma prova oral em avaliação final, o resultado será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral.

6. O regime de obrigatoriedade da prova oral pode ser estendido a qualquer outra disciplina, que não as línguas vivas, sob proposta do responsável pela disciplina, por decisão do Conselho Pedagógico e ouvido o Conselho Científico.

E. TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO, SEMINÁRIOS E COMBINAÇÃO DE MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Artº 16 - Definição de trabalho de investigação

1. Considera-se um trabalho de investigação aquele em que haja pesquisa bibliográfica, documental ou de campo, original e individualizada, cuja apresentação e dimensão obedeça a certos requisitos mínimos, previamente acordados entre docente(s) e aluno ou grupo de alunos.

2. Os critérios, métodos, prazos e formas de realização devem ser discutidos com o docente no início da elaboração do trabalho; o docente deve acompanhar de perto essa elaboração.

3. Os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho podem ter uma classificação diferenciada em função da sua participação individual.

Artº 17 - Seminários

1. Os seminários são disciplinas incluídas nos currículos das licenciaturas, nos termos da legislação em vigor.

2. Para efeitos de avaliação os alunos ficam obrigados a participar num número determinado de reuniões definido no início do seminário.

3. Para todos os efeitos consideram-se essas reuniões equivalentes a provas de qualquer outro sistema de avaliação, sem prejuízo de outras provas a realizar.

4. Os trabalhos de investigação realizados no âmbito dos seminários obedecem normas estipuladas no artigo 16º.

5. Todas as decisões quanto às modalidades de avaliação, organização e funcionamento do seminário, deverão ficar registadas no livro de sumários, à semelhança do estipulado no artigo 2º.

6. Os seminários do Ramo Educacional, dada a sua especificidade, não podem ser repetidos para efeito de melhoria de nota.

Artº 18 - Combição de modalidades de avaliação (Cursos de Geografia e de Sociologia)

1. Uma mesma disciplina pode funcionar simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente aos conteúdos teóricos; avaliação contínua relativamente aos conteúdos práticos.

2. Para que os alunos se considerem aprovados é obrigatória uma nota mínima de 9,5 a cada uma das componentes.

3. No caso de avaliação inferior a 9,5 numa das componentes da disciplina, a classificação positiva da outra componente poderá ser considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.

4. A ponderação da parte prática e da parte teórica da disciplina deve ser claramente explicitada nos termos do artigo 2º, sendo responsabilidade do docente indicar o índice de ponderação efectivo de cada uma delas na média final da disciplina.

5. Nas disciplinas em que esse índice não tenha sido efectivamente fixado, vigora uma ponderação de 50% para cada uma das componentes, teórica e prática.

6. Os alunos que optem pela combinação de modalidades de avaliação ficam obrigados ao regime de presenças próprio da avaliação contínua apenas em relação às aulas práticas.

F - APRESENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E SUA APLICAÇÃO

Artº 19 - Forma de apresentação das classificações

1. Todas as notas relativas a provas ou a trabalhos que servem de fundamento à classificação final, bem como esta última, têm de ser publicadas sob a forma de nota qualitativa (escala de 0 a 20) em pautas datadas e assinadas pelo docente da disciplina.

2. As classificações finais são apresentadas em números inteiros, sendo as décimas arredondadas à unidade, por defeito até ao meio valor, e por excesso a partir do meio valor.

Artº 20 - Prazos de afixação das classificações

1. Os resultados da primeira prova de avaliação periódica devem ser afixados até, no máximo, 30 dias úteis após a realização da mesma.

2. Os resultados da segunda prova de avaliação periódica devem ser afixados, até 2 dias úteis antes da realização da prova de repescagem respectiva.

3. Os resultados dos exames devem ser afixados, até 2 dias úteis antes da realização das provas orais respetivas, com indicação explícita do dia e hora em que estas se realizam.

4. Os resultados das provas orais devem ser afixados no próprio dia em que as provas se realizam.

5. Os resultados dos exames da segunda época devem ser afixados até 2 dias úteis do início das inscrições no ano lectivo seguinte.

6. Estes prazos vigoram sem prejuízo de quaisquer outros que os Conselhos Pedagógico e Directivo venham a determinar e publicitar em tempo oportuno.

G - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E CONSULTA DAS PROVAS

Artº 21 - Consulta das provas

1. Os alunos têm o direito de consultar as suas provas e outros elementos de avaliação depois de classificados, desde que na presença do docente.

2. Em caso de prestação de prova oral os alunos têm o direito de conhecer a classificação da prova escrita correspondente.

Artº 22 - Condições de prestação de provas e casos de fraude

1. No início de cada prova o docente deve informar claramente os alunos acerca das condições de prestação da prova.

2. Em caso de fraude comprovável, o docente deve anular a prova e comunicar o facto ao Conselho Pedagógico.

3. Caso haja apenas suspeitas de fraude, deve o docente comunicar todas as informações sobre a sua fundamentação ao Conselho Pedagógico, o qual tomará posição depois de ouvidas as partes envolvidas.

4. No caso de fraude grave comprovada, o Conselho Pedagógico comunicará o facto à secção disciplinar do Senado Universitário.

Artº 23 - Identificação dos alunos no momento de prestação de provas

1. Os docentes encarregados de vigiar quaisquer provas devem exigir aos alunos documento comprovativo da sua identidade.

2. Os docentes encarregados de vigiar provas de avaliação periódica e exames finais devem fazer circular uma folha de presenças, devidamente datada e rubricada pelo docente que recolher as assinaturas dos alunos.

H - CALENDÁRIO DE PROVAS

Artº 24 - Direito a reclamação relativa ao calendário de provas

1. Dadas as dificuldades na elaboração do calendário nos cursos com múltiplas variantes, está previsto um prazo para reclamações relativas a coincidências de provas de disciplinas do mesmo ano. O prazo é de 2 dias úteis depois de afixado o calendário das provas.

2. As reclamações devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico e entregues à Secretaria da Faculdade; o Presidente do Conselho Pedagógico poderá delegar num ou mais membros deste Conselho o poder de resolução destas situações.

I - DISPOSIÇÕES FINAIS

O Conselho Pedagógico reserva-se o direito de tomar as providências que entender necessárias a fim de resolver eventuais irregularidades no processo de avaliação.

Calendário das provas em 1994-1995

Ínicio das aulas: 6 de Outubro de 1994

Avaliação periódica

Primeiras provas: de 9 a 28 de Janeiro de 1995 (Reinício das aulas: 31 de Janeiro de 1995)

Segundas provas: de 22 de Maio a 9 de Junho de 1995

Fim de aulas: 20 de Maio de 1995

Exames finais

Época normal: de 12 de Junho a 1 de Julho de 1995

Época de recurso: de 12 a 30 de Setembro de 1995

PUBLICAÇÕES

Publicações Periódicas:

Revista da Faculdade de Letras - Séries de:
História, I série: 1971-1974; II série: 1984 ss.
Filosofia, I série: 1970-1973; II série: 1985 ss.
Filologia, I série, 1973.
Línguas e Literaturas, II série: 1984 ss.
Geografia, 1985 ss.
Sociologia, 1991 ss.

Anexos da série de Línguas e Literaturas:

I - Problemáticas em História Cultural, Porto, 1987

II - Bibliografia Cronológica da Espiritualidade em Portugal -1501-1700.

Porto, 1988

III - Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão, Porto, 1989

IV - Poesia de D. Manoel de Portugal. I - Prophana. Edição das suas Fontes, Porto, 1991

V - Espiritualidade e Corte em Portugal (Séculos XII a XVIII) Porto, 1993

VI - Verbo e Estruturas Frásicas, Porto, 1994

VII - Historiografia Gramatical (1500-1920), Porto, 1994

Portugalia (Instituto de Arqueologia), nova série. 1980 ss.

Runa, Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos (Coedição do Instituto de Estudos Germanísticos da FLUP), 1984 ss.

Revista Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Univ. do Porto), 1990 ss.

Revista de História (Centro de História da Univ. do Porto), 1978 ss.

Intercâmbio (Núcleo de Estudos Franceses da Univ. do Porto), 1990 ss.

Actas de Congressos:

O Porto na Época Moderna (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1979), «Revista de História), Porto, INIC/Centro de Historia UP, vol.II, 1979, vol.III, 1980

Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Novembro de

1983), «Portugalia», Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Arqueologia, nova série, IV-V, 1983-1984

Perspectivas e Leituras do Universo Kafkiano (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1983), Lisboa, Apáginastantas, 1984.

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986

II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval (Novembro de 1985), 3 vols., Porto, Centro de História UP/INIC, 1987, 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, «Línguas e Literaturas» - Anexo B), 1987

Victor Hugo e Portugal. No Centenário da sua Morte (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Actas do Colóquio, Porto, Ed. subsidiada pela Fundação Eng. António de Almeida e pela Fundação Calouste Gulbenkian, 1987

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Ingleses, 1988

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française - Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 1988

Congresso Internacional «Bartolomeu Dias e a sua Época» 5 vols. Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989

Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão, Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1988), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, «Línguas e Literaturas - Anexo III», 1989

Eça e «Os Maias», Actas do 1.º Encontro Internacional de Queirosianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Colecção «Perspectivas Actuais», Porto, Edições ASA, 1990

II Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia. L'Identité Régionale. L'Idée de Région dans l'Europe du Sud-Ouest (CENPA, Bordéus, Março de 1988), Paris, CNRS, 1991

A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1989), 2 vols., Porto, Universidade do Porto, 1992

Espiritualidade e Corte em Portugal nos Séculos XVI-XVIII (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1992), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de

de Letras do Porto, Maio de 1992), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, «Línguas e Literaturas--Anexo V», 1993

1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, Outubro de 1993), Actas, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. XXXIV - Fasc. 1-2, 3 vols., Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1993-1994

Antero de Quental e o Destino de uma Geração, Actas do Colóquio Internacional no Centenário da sua Morte (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1991), Colecção «Perspectivas Actuais / Educação», Porto, Edições ASA, 1994

Edições do Conselho Directivo:

Guia do Estudante, Porto, 1980/81 ss.

Faculdade de Letras, 1988-1989. Porto, 1989: 2^a ed., Porto, 1994

«Fundo Primitivo» da Biblioteca Central. 1919-1928 Porto, 1989

Dissertações Académicas, Porto, 1991

Colecção «Conferências da Faculdade de Letras do Porto»:

Eduardo Abranches de Soveral - Meditação Heideggeriana, Porto, 1993

José Adriano de Freitas Carvalho - A Herança do Sebastianismo (A publicar)

António Teixeira Fernandes - A Crise do Estado nas Sociedades Contemporâneas, Porto, 1993

Luís António de Oliveira Ramos - As Universidades em Tempo de Cooperação, Porto, 1994

Rosa Fernanda Moreira da Silva - Faculdade de Letras do Porto (1980-1994). Seu Enquadramento Nacional e Regional, Porto, 1994

Humberto Baquero Moreno - Os Mudéjares no Portugal Medieval (A publicar)

Publicações da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras do Porto (AEFLUP):

Humanidades, 1982

Ícone. Revista de Colaboração Artística, 1990

Letras Soltas. Jornal da AEFLUP, 1992

Íncubo, Jornal da AEFLUP, 1993

BIBLIOGRAFIA MAIS IMPORTANTE SOBRE A F.L.U.P.:

- CRUZ, António - As Bodas de Prata da Restauração da Faculdade de Letras, «O Tripeiro», Série nova, Porto, IV, 11-12 Nov.-Dez., 1985, pp. 323-331
- DIONÍSIO, Sant'Anna - A Quinta Amarela, «O Primeiro de Janeiro», Porto, 12.3.1958
- DIONÍSIO, Sant'Anna - Nascença da Decantada Faculdade de Filosofia e Filologia do Porto, «O Primeiro de Janeiro», Porto, 1.12.1980
- EIRAS, Adriano - Faculdade de Letras do Porto 1919-1931. Contribuição para a sua História, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989 (Em colaboração com a Faculdade de Letras do Porto)
- HOMEM, Armando Luís Gomes de Carvalho - Os 25 Anos da Faculdade de Letras: Passado e Presente, «Revista da Faculdade de Letras - História», IV, Porto, 1987, pp. 293-307
- HOMEM, Armando Luís Gomes de Carvalho - A História que nos fez e a História que se faz da Primeira à Segunda Fase da Faculdade de Letras do Porto, Congresso «O Porto na Época Contemporânea» (Ateneu Comercial do Porto, Outubro de 1989)
- HURST, N.R. - O Ensino e o Estudo do Inglês na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (F.L.U.P.), «Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas», VII, Porto, 1990, pp. 237-245
- HURST, N.R. - Some Implications of Innovation in the Arts Faculty of Porto University. «Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas», X, Porto, 1993, pp. 199-202
- PINA, Luís de - Faculdade de Letras do Porto (Breve História), «Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto», I, Porto, 1966, pp. 59-172
- RAMOS, Luís António de Oliveira - Notas sobre a Origem e Estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto, «Boletim Cultural», Porto, Câmara Municipal do Porto, 1983, pp. 245-260 (Reeditado in Sob o Signo das Luzes, Lisboa, IN/CM, 1988, «Leonardo Coimbra e a Criação da Faculdade de Letras do Porto», pp. 201-221)
- SÁ, Victor de - Notas sobre o Ensino da História na 1ª Faculdade de Letras do Porto, «Revista da Faculdade de Letras - História», III, Porto, 1986, pp. 199-209
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da - Faculdade de Letras do Porto (1980-1994). Seu Enquadramento Nacional e Regional, «Conferências da Faculdade de Letras do Porto - V», Porto, Edição do Conselho Directivo, 1994
- TORRE, Manuel Gomes da - Dr. Luís Cardim. Dos Liceus para a Antiga Faculdade de Letras do Porto, «Revista da Faculdade de Letras - Línguas e

Literaturas», IV, Porto, 1987, pp. 279-300

TORRE, Manuel Gomes da - Papel da Faculdade de Letras do Porto na Formação de Professores de Línguas Vivas Estrangeiras. «Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas», VI, Porto, 1989, pp. 135-150

PROGRAMAS

INTRODUÇÃO ÀS CIENCIAS DA EDUCAÇÃO

Docentes: Prof. Doutor Adalberto Dias Carvalho

Dr^a Eugénia Vilela

Dr^a Paula Cristina Pereira

Dr^a Maria João Couto

1. Problemática histórica e sociológica

1.1. A educação como um direito social e humano.

1.2. A institucionalização escolar da educação.

1.2.1. Algumas teses sobre o estatuto da escola

1.3. A relação Escola/Cultura/Sociedade: as principais perspectivas da Sociologia da Educação.

1.3.1. O papel da cultura escolar.

1.4. Génese e desenvolvimento dos modelos educativos e escolares:

1.4.1. Matrizes culturais da educação contemporânea.

1.4.2. Evolução do estatuto da função docente e a emergência de um saber educacional específico.

2. Problemática pedagógica

2.1. Alguns quadros de classificação das correntes pedagógicas.

2.2. A crise da pedagogia tradicional: seu sentido e actualidade.

2.3. A antinomia directividade/ não directividade e as tentativas contemporâneas para a sua superação.

2.4. Características e significado da(s) pedagogia(s) do projecto.

2.5. A formação de professores: o desafio da formação-investigação.

3. Problemática epistemológica

3.1. Aspectos da evolução recente da investigação educacional.

3.1.1. O processo de definição da educação como objecto de estudo científico.

3.1.2. O debate qualitativo-quantitativo.

3.2. Quadro geral das Ciências da Educação.

3.2.1. A questão da identidade, da autonomia e da abertura das Ciências da Educação.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- AVANZINI, G - A pedagogia no século XX, Lisboa, Moraes, 1978.
- CARVALHO, A.- Epistemologia das Ciências da Educação, Porto, Afrontamento, 1988.
- " - A educação como projecto antropológico, Porto, Afrontamento, 1993
- " - Utopia e Educação, Porto Editora, 1994
- CARVALHO, A. (org.) - A construção do projecto de escola, Porto, Porto Editora, 1993
- CLAUSSE, A.- A relatividade educativa. Esboço de uma história e de uma filosofia da escola, Coimbra, Almedina, 1976.
- DE LANDSHEERE, G.- A investigação experimental em Pedagogia, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986.
- FORQUIN, J.C. - École et Culture, Bruxelas, Ed. de Bocck--Wesmaes, 1989
- MIALARET, G. - As Ciências da Educação, Lisboa, Moraes, 1976.
- NOT, L.; BRU, M. (sob direcção de) - Où va la pédagogie du project?, Toulouse, Ed. Universitaire du Sud, 1987.
- NOT, L. (sob direcção de) - Une science spécifique pour l'éducation?, Toulouse, Publi. de L'Univ. de Toulouse-le-Mirail, 1984.
- NOT, L. - Les pédagogies de la connaissance, Toulouse, privat, 1979
- RESWEBER, J. P. - Les pédagogies nouvelles, Paris, P.U.F., 1986.
- SYNDERS, G. - Para onde vão as pedagogias não directivas?, Lisboa, Moraes, 1976.

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Docentes: Dr^a Fernanda Figueira

Dr. Raul Cunha

Dr^a Olga Lima

Dr. Luís Antunes

I. Introdução

A disciplina de Organização e Desenvolvimento Curricular, abrangendo de certa forma, todo o sistema de ensino, proporciona um espaço de análise crítica do processo de ensino-aprendizagem, sensibilizando os novos docentes para a necessidade de racionalizarem e sistematizarem científicamente a sua actividade.

Sem preterir a vertente pragmática, implícita no âmbito da teoria curricular, quer a nível da organização, quer do seu desenvolvimento, pareceu-nos conveniente reforçar a componente teórica. Tal orientação coloca-nos em sintonia com a linha do pensamento educativo segundo a qual o professor deve aliar a investigação e a reflexão à sua prática docente.

O professor carece de uma sólida base teórica que lhe permita investigar num campo - o da educação - onde permanecem black boxes plurais, cujo interior pode e deve ser pesquisado.

Este rumo implica sólido investimento na formação dos professores no campo curricular habilitando-os como construtores críticos do currículo, revelando a natureza problemática, complexa e situacional das decisões e práticas educativas.

II. Objectivos

- Desenvolver atitudes de reflexão e de investigação científica.
- Reflectir sobre os actuais modelos de educação.
- Adquirir os conhecimentos da teoria e desenvolvimento do currículo.
- Analisar os diferentes modelos de ensino.
- Compreender a existência das várias orientações curriculares e sua incidência na prática educativa.
- Aplicar o processo de desenvolvimento curricular a situações concretas, nomeadamente à actual Reforma Curricular dos Ensinos Básico e Secundário.

III. Conteúdos Programáticos

A. AULAS TEÓRICAS

1. Análise sistemática da Educação.

1.1. Teoria Geral de Sistemas.

- 1.1.1. Natureza e tipos de sistema.
- 1.1.2. Paradigmas científicos
- 1.1.3. Delimitações e características do Sistema Educativo.
- 1.2. Educação como sistema comunicacional.
- 1.2.1. Teorias da comunicação.
- 1.2.2. Modelos e componentes do sistema comunicacional.
- 1.2.3. Modelos de comunicação educativa.
- 1.3. Educação como sistema tecnológico.
- 1.3.1. Natureza da tecnologia educativa.
- 1.3.2. Tecnologia como metodologia.
- 1.3.3. Modelos didácticos.
2. Problemática conceptual do currículo.
- 2.1. Teoria do currículo.
- 2.1.1. Natureza e fontes do currículo.
- 2.1.2. Teorias curriculares.
- 2.1.3. Metateorias curriculares.
- 2.1.3.1. Problemática teoria/prática curricular.
- 2.1.3.2. Problemática Educação/Sociedade.
- 2.1.4. Códigos e tipos de currículo.
- 2.1.5. Modelos de organização curricular.
- 2.2. Desenvolvimento curricular.
- 2.2.1. Planificação curricular.
- 2.2.1.1. Pressupostos e natureza.
- 2.2.1.2. Níveis de decisão: política, institucional e docente.
- 2.2.1.3. Projecto Educativo/ Projecto Curricular.
- 2.2.1.4. Modelos de planificação de ensino.
- 2.2.2. Componentes.
- 2.2.2.1. Objectivos
- 2.2.2.1.1. Natureza e definição.
- 2.2.2.1.2. Fontes e critérios de selecção.
- 2.2.2.1.3. Operacionalização.
- 2.2.2.2. Conteúdos
- 2.2.2.2.1. Natureza epistemológica e vital.
- 2.2.2.2.2. Critérios de selecção, estruturação e sequência.
- 2.2.2.3. Estratégias
- 2.2.2.3.1. Significado no desenvolvimento curricular.
- 2.2.2.3.2. Natureza e âmbito.
- 2.2.2.3.3. Critérios de selecção, estruturação e sequência.
- 2.2.2.4. Avaliação

- 2.2.2.4.1. Natureza e funções.
- 2.2.2.4.2. Modelos de avaliação.
- 2.2.2.4.3. Tipos de avaliação.
- 2.2.2.4.4. Instrumentos.

3. Desenvolvimento curricular e formação de professores

B. AULAS PRÁTICAS

1. Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)

- 1.1. Conceitos subjacentes à lei de:

- 1.1.1. Educação.

- 1.1.2. Cidadão.

- 1.1.3. Sociedade.

- 1.2. Finalidades da lei e sua hierarquização.

- 1.2.1. No conjunto da lei.

- 1.2.2. Diferenciada segundo os níveis de ensino:

- 1.2.2.1. Básico.

- 1.2.2.2. Secundário.

- 1.3. Diferenças entre o Ensino Básico e o Ensino Secundário a nível da:

- 1.3.1. Diversificação curricular.

- 1.3.2. Educação compensatória e acompanhamento pedagógico dos alunos.

- 1.3.3. Utilização dos tempos extra-aula.

2. Análise sistémica do processo educativo português

3. Reforma do Sistema Educativo Português

- 3.1. Contexto da Reforma: fontes e determinantes.

- 3.2. Conceito(s) e filosofia de educação subjacentes à Reforma.

- 3.3. Conceito(s) de sucesso educativo.

- 3.4. Organização curricular:

- 3.4.1. Conceito de currículo e metateoria(s) emergente(s).

- 3.4.2. Objectivos curriculares e finalidades da LBSE.

- 3.4.3. Critérios orientadores da selecção e organização dos conteúdos.

- 3.4.4. Modelo(s) de ensino emergente(s).

- 3.4.5. Avaliação.

BIBLIOGRAFIA

APPLE, M. W. - Ideología y Curriculo, Madrid, Akal, 1986

BALLANTI, G. - Modelli di Apprendimento e schemi di insegnamento,

Teramo, Lisciani e Giunti, 1989

- CARDINET, J. - Pour apprécier le travail des élèves, 2^a ed., Paris, Éd. Universitaires, 1990
- CLOUTIER, J. - A Era de Emergencia ou a comunicação audio-scripto-visual na hora dos self-media, Lisboa, Instituto de Tecnologia Educativa, s/d.
- COLL, C. - Psicología y Curriculum, Barcelona, Leia, 1987
- COMISSÃO DE REFORMA DO SISTEMA EDUCATIVO - Proposta global de reforma, Relatório final, Lisboa, Minsitério da Educação, 1988
- FERNANDES, Graça et al. - Desenvolvimento curricular, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento - Ministério da Educação, 1992
- FORQUIN, Jean-Claude - École et culture, Paris, Éd. Universitaires, 1989
- D'HAINAUT, L. - Educação. Dos fins aos objectivos, Coimbra, Almedina, 1980
- GIMENO SÁCRISTAN, J. - El currículum: una reflexión sobre la práctica, Madrid, Ed. Morata, 1988
- GIMENO SÁCRISTAN, J.; PÉREZ GOMEZ, A. - Comprender y transformar la enseñanza, Madrid, Ed. Morata, 1992
- HILLS, J.J. - Teaching, learning and communication, Londres, Croom Helm, 1986
- KELLY, A.V. - O currículo: teoria e prática, S. Paulo, Habra, 1980
- KEMMIS, S. - El currículum: más allá de la teoría de la reproducción, Madrid, Ed. Morata, 1988
- LANDSHEERE, V.; LANDSHEERE, G. - Definir os objectivos da educação, Lisboa, Morais, 1977
- LITTLEJOHN, S.W. - Fundamentos teóricos da comunicação humana, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982
- MARAGLIANO, R.; VERTECCHI, B. - La programmazione didattica, Roma, Riuniti, 1986
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO - Organização curricular e programs, Lisboa, Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário, 1991
- POCZTAR, J. - Analyse systémique de l'éducation: essai, Paris, E.S.F., 1989
- RIBEIRO, A.C. - Desenvolvimento curricular, Lisboa, Texto Editora, 1990
- RIBEIRO, L.C. - Avaliação da aprendizagem, 2^a ed., Lisboa, Texto Editora, 1990
- ROSALES, C. - Avaliar é reflectir sobre o ensino, Porto, Ed. Asa, 1992
- ROWTREE, D. - Educational technology in curriculum development, 2^a ed., Londres, Harper & Row, 1986

- SÁENZ, O. (dir.) - Organización escolar, Madrid, Ed. Anaya, 1985
- STENHOUSE, L. - An introduction to curriculum research and development, London, H.E.B., 1981
- TENBRINK, T. - Evaluation: a practical guide for teachers, New York, Mc Graw-Hill, 1984
- TYLER, R. - Princípios básicos de currículo e ensino, 10^a ed., Rio de Janeiro, Ed. Globo, s/d.
- UNESCO - O educador e a abordagem sistémica, Lisboa, Ed. Estampa, 1980
- VÁRIOS - Del proyecto educativo a la programación de aula, Barcelona, Ed. Graó, 1992
- ZABALZA, M. A. - Planificação e desenvolvimento curricular, Porto, Ed. Asa, 1992

NOTA. A bibliografia específica e documentação legal serão oportunamente fornecidas.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

Docentes: Prof. Doutor Leandro S. Almeida

Dr^a Fernanda Martins

Dr. Eurico Marques da Silva

Dr^a Fátima Morais

1. Objectivos gerais

- Apresentar e justificar a integração da Psicologia na formação de professores.

- Situar o estudo da adolescência no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento.

- Identificar as principais características da adolescência.

- Analisar as implicações do conhecimento da Psicologia da Adolescência na prática educativa.

- Identificar as principais Teorias da Aprendizagem e suas implicações psicopedagógicas;

- Relacionar aprendizagem e desenvolvimento como componentes de um estudo global do adolescente em situação educativa.

- Aplicar os conhecimentos a situações de ensino/aprendizagem, mais concretamente ao papel mediador do professor.

2. Conteúdo programático

I. Psicologia e Educação.

1. Objecto e método da Psicologia: a Psicologia como ciência experimental.

2. Correntes actuais da Psicologia.

3. A Psicologia na formação de professores.

II. Psicologia do Desenvolvimento.

1. Teorias do desenvolvimento humano e suas implicações educacionais.

2. Abordagem desenvolvimento psicológico até à puberdade.

3. Abordagem específica do desenvolvimento do Adolescente.

3.1. Introdução à adolescência.

3.1.1. Perspectiva histórica e antropológica.

3.1.2. A Adolescência no ciclo de vida.

- 3.2. Dimensões do Desenvolvimento na Adolescência.
 - 3.2.1. Desenvolvimento físico e psico-sexual.
 - 3.2.2. Desenvolvimento cognitivo.
 - 3.2.3. Desenvolvimento interpessoal e moral.
 - 3.2.4. Desenvolvimento sócio-emocional.
 - 3.2.5. Desenvolvimento vocacional e identidade.
- 3.3. O normal e o patológico no desenvolvimento adolescente.
- 3.4. Desenvolvimento do jovem adulto.

III. Psicologia da Aprendizagem.

- 1. Definição e características da aprendizagem.
- 2. Principais concepções de aprendizagem e suas implicações educativas.
 - 2.1. Teorias Comportamentais.
 - 2.2. Teoria Humanistas.
 - 2.3. Teorias Cognitivas.
- 3. Programas de facilitação da aprendizagem.
 - 3.1. Programas de competência de estudo.
 - 3.2. Programas de treino de funções cognitivas.

IV. Conclusão

- 1. A aprendizagem e o desenvolvimento do adolescente.
 - 1.1. A interpenetração necessária de ambos os aspectos.
 - 1.2. A prática pedagógica na rentabilização de ambos os aspectos e o papel mediador do professor nessa rentabilização.

Nota: Refira-se que estes conteúdos são repartidos pelas aulas teóricas e práticas, sendo distribuídos no início do ano lectivo o sumário detalhado de cada uma dessas aulas, assim como os textos que aprofundam tais assuntos (textos de apoio).

METODOLOGIA DO ENSINO DA HISTÓRIA

Docente: Dr. Aníbal Barreira

I. Objectivos

O programa de Metodologia do Ensino da História propõe-se:

- transmitir conceitos/noções fundamentais do ensino da disciplina
- equacionar formas de comunicação e de expressão, aptidões intelectuais e estratégicas cognitivas, atitudes e valores afins
- destacar a função formativa e informativa da História

De modo a que, no final do curso, os alunos sejam capazes de:

- identificar noções básicas/conceitos fundamentais no ensino da História
- saber formular objectivos, seleccionar conteúdos, explorar estratégias, fazer planos, utilizar critérios de avaliação
- avaliar a importância do ensino da História no contexto do ensino básico (3º ciclo) e secundário

II. Conteúdos programáticos

1. Aulas teóricas

1.1. os objectivos da educação - o contributo da História nas suas vertentes formativa e informativa

1.2. a problemática da directividade, não/directividade no ensino da História

1.2.1. a pedagogia por objectivos (alcance e valor das taxonomias)

1.2.2. o trabalho de projecto

1.2.3. a semi-directividade na sala de aula - a dialéctica do diálogo (confronto com a pedagogia tradicional)

1.3. as estratégias no ensino da História

1.3.1. a importância do documento (escrito, iconográfico)

1.3.2. a didáctica dos meios audio-visuais (técnicas de exploração)

1.3.3. a História local e regional - a exploração do meio, as visitas de estudo

1.4. planificar em história-tipos, características, factores condicionantes do plano

1.5. avaliar e classificar na disciplina de história:

1.5.1. avaliação do processo e avaliação do produto (os momentos da avaliação)

1.5.2. a construção do teste - critérios de elaboração, tipos, factores determinantes

2. Aulas práticas

Aplicação, em duas unidades dos novos programas da disciplina de História, dos vectores fundamentais do domínio pedagógico-didáctico:

2.1. formulação de objectivos (regras a seguir, erros a evitar)

2.2. selecção de conteúdos

2.3. exploração de recursos (documentos escritos e iconográficos, quadros, organigramas, transparências, audio-visuais)

2.4. organização de visitas de estudo (a museus, arquivos, monumentos); feitura de guiões

2.5. elaboração de planos

2.6. redacção de testes (tipo, objectivo, ensaio) e feitura de tabelas de especificações

III. Bibliografia

BRUNET, J.P. e PLESSIS, A. - Explications de textes historiques, Armand Colin, Paris, 1970

BURZEA, C. - Hacia una didactica por objectivos, Moreta, Madrid, 1980

CHAFFER, John e Taylor, Lawrence - A História e o Professor de História, Livros Horizonte, Lisboa, 1984

CITRON, Suzanne - Ensinar a História hoje, Livros Horizonte, 1990

CORTE, E. e outros - Les Fondements de l'Action Didactique, A. do Bock, Bruxelles, 1979

GORING, Paul - Manual de Medições e avaliação do Rendimento escolar, Almedina, Coimbra, 1981

LANDSHEERE, Gilbert e Vivianne - Definir os objectivos da educação, Moraes Editores, Lisboa, 1976, 1^a ed.

LUC, Jean-Noel - L'Histoire par l'étude du milieu, les éditions ESF, 1984

NOT, Luís - Ensinar e Fazer Aprender, Edições Asa, 1991

PARRA, Nélia e Ivone - Técnicas audio-visuais de educação, Biblioteca Pioneira, S. Paulo, 1985

PEIRADO, F. - Comentário de textos históricos, Dilagro, Lerida, 1987

PROENÇA, Maria Cândida - Ensinar/Aprender História, Livros Horizonte, 1990

RIBEIRO, António e Lucie Carrilho - Planificação e avaliação do Ensino-Aprendizagem, Universidade Aberta, 1989

- RIBEIRO, Lucie Carrilho - Avaliação da Aprendizagem, Texto Editora, Lisboa, 1990
- TENBRINK, Terry - Evaluation Guia Práctica para professores, Narcea, Madrid, 1988
- ZABALZA, Miguel - Planificação e desenvolvimento curricular na escola, Edições Asa, 1992

METODOLOGIA DO ENSINO DA FILOSOFIA

Docente: Dr^a Maria Florinda Albergaria

Dr^a Maria Isabel Aguiar

Finalidades

No pressuposto de que saber e saber ensinar não são coincidentes e de que o uso pedagógico de um não saber não decorre espontaneamente da posse desse saber mas exige, a par de uma fundamentação teórica do acto de ensinar, aquisição de técnicas e processos metodológicos especializados, as finalidades que este programa se propõe atingir são:

- favorecer uma reflexão crítica sobre o acto pedagógico, na perspectiva da filosofia;
- propiciar a integração da informação científica pré-existente no quadro das exigências do ensino da Filosofia;
- estimular a aquisição das competências didácticas requeridas pelo ensino da Filosofia;
- suscitar a emergência de atitudes e competências no sentido da auto-formação futura.

Objectivos

Pretende-se que, no final do curso, o aluno seja capaz de:

- compreender o sentido e a importância do acto pedagógico;
- analisar criticamente o lugar e o papel do ensino da Filosofia no contexto curricular;
- consciencializar as potencialidades interdisciplinares da Filosofia;
- analisar a estrutura, finalidades e conteúdos dos programas, quaisquer que sejam;
- mobilizar os conhecimentos científicos de que dispõe, no quadro das exigências programáticas;
- explicitar as metodologias de ensino mais adequadas à aprendizagem da Filosofia;
- analisar as estratégias e as técnicas utilizáveis no ensino da Filosofia;
- reconhecer a importância da avaliação para o ajustamento da prática pedagógica.

Esquema programático

I. Introdução

A relação pedagógica e os seus elementos: perspectiva psicológica, sociológica e institucional.

II. Didáctica da Filosofia e sua especificidade.

1. A Filosofia no currículum do ensino secundário.

- 1.1. Fundamentos do ensino da Filosofia.
- 1.2. Problemas do ensino da Filosofia: formação e informação.
- 1.3. Relação da Filosofia com as outras disciplinas.
- 1.4. Programas de Filosofia:
 - 1.4.1. Referência à sua evolução no contexto do Sistema Educativo.
 - 1.4.2. Análise estrutural e crítica dos programas mais recentes.
- 1.5. Finalidades e objectivos.

2. Os instrumentos didácticos em Filosofia.

2.1. Planificação didáctica: a articulação de objectivos, conteúdos e estratégias.

- 2.2. Execução didáctica.
 - 2.2.1. Métodos filosóficos e métodos pedagógicos.
 - 2.2.2. O diálogo em Filosofia.
 - 2.2.3. Estratégias didácticas: a lição, o trabalho de texto, o trabalho de grupo, o trabalho dirigido, os audio-visuais.
 - 2.2.4. Meios auxiliares da didáctica da Filosofia.
- 2.3. Avaliação: princípios fundamentais e especificidade da avaliação em Filosofia.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Beatriz R. - Filosofia, Pedagogia e Didáctica I e II, Coimbra, Ed. do Autor, 1984 e 1988

CAMPOMANES, César Tejedor - Didáctica de la Filosofía. Perspectivas y Materiales, Ed. S.M., Madrid, 1984

CORTESÃO, Luísa - Avaliação Pedagógica II, Porto, Porto Editora, s/d.

DUARTE, Manuel D. - Objectivos, Estratégias e Avaliação no Secundário. O Exemplo da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte 1982

ENTONADO, Florentino B. e outros - Didáctica General, Madrid, Anaya, 1983

- FEY, Eduardo - O ensino da Filosofia, Separata "Brotéria", vol. 107,
1978
- GILOT, Fernando - Do Ensino da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte,
1976
- IZUZQUIZA, Ignacio - La Clase de Filosofía como Simulación de la
Actividad Filosófica, Madrid, Anaya, 1982
- NEVES, Eduíño; GRAÇA, Marina - Princípios Básicos de Prática
Pedagógico-Didáctica, Porto, Porto Editora, 1987
- POSTIC, Marcel - A Relação Pedagógica, Coimbra, Coimbra Editora,
1984
- SANTIUSTE, Victor; VELASCO, Francisco G. de - Didáctica de la
Filosofía, Madrid, Narcea 1984
- SANTOS, Delfim - Da Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.
- VÁRIOS - États Généraux de la Philosophie, Paris, Flammarion, 1979
- GREPH - Qui a peur de la Philosophie?, Paris, Flammarion, 1977

METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA

Docente: Dr^a Maria Helena Ramalhão Dias Ramalho

1. Finalidades

A preparação dos professores de Geografia implica necessariamente a aquisição de princípios de ordem metodológica que, pela sua importância e actualidade, constituem os fundamentos e as bases de toda a formação pedagógica.

Como a Geografia não constitui uma área isolada do saber, a referida preparação terá que incidir não só nos seus princípios metodológicos específicos, mas também em princípios comuns a outras disciplinas, indispensáveis a um bom entendimento e a um eficaz desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Verifica-se assim a existência de uma diversidade de situações a contemplar num programa de Metodologia da Geografia, cuja finalidade última consiste em procurar que aqueles a quem se destina consigam estabelecer uma articulação coerente entre as Ciências da Educação, Geografia e a prática pedagógica.

2. Esquema conceptual

O professor de Geografia deve possuir um conjunto de conhecimentos de natureza pedagógica que, ao serem postos em prática, possibilitem o desenvolvimento de actividades conducentes à formação dos educandos.

3. Objectivos

- Saber-ser:

- Potenciar a abertura à inovação.
- Desenvolver mecanismos de abertura na relação pedagógica.
- Reflectir sobre a actividade profissional do professor de Geografia.
- Reflectir sobre o valor formativo da Geografia.
- Desenvolver o saber, o saber-fazer e o saber-ser adquiridos numa perspectiva de autoformação permanente, enquanto professor de Geografia.

Saber-fazer:

- Analisar o estatuto da Geografia enquanto disciplina curricular.
- Analisar o contributo da Geografia para a Educação Ambiental.
- Integrar os conteúdos geográficos no todo dos programas, valorizando

os aspectos interdisciplinares e transdisciplinares.

- Planificar, tendo em conta os programas de Geografia.
- * Definir objectivos associados aos diversos saberes geográficos.
- * Seleccionar uma trama conceptual coerente.
- * Diferenciar os métodos e as técnicas utilizados na educação geográfica.
- * Conceber meios didácticos enquadrados na linha metodológica.
- * Comparar estratégias diversificadas no ensino-aprendizagem da Geografia.
- * Aplicar técnicas de expressão e comunicação utilizadas em Geografia.
- * Analisar formas de observação dos alunos em situação escolar.
- * Elaborar provas para avaliação do processo e do produto da educação geográfica.
- * Interpretar os resultados obtidos nesse tipo de provas.
- Analisar a problemática do trabalho de campo, enquanto actividade interdisciplinar privilegiada e elemento de desenvolvimento dos saberes geográficos.

Saber:

- Conhecer os fundamentos de natureza sociológica e psicológica que servem de apoio a uma Pedagogia geográfica.
- Dominar os conhecimentos relativos aos conteúdos geográficos inerentes aos planos de estudo.

4. Estrutura Temática

Introdução: Ser professor de Geografia.

I Parte: Valor educativo da Geografia:

- Dimensões da educação geográfica.
- Fundamentos de uma Pedagogia geográfica.
- Educação geográfica e educação ambiental.

II Parte: Organização do ensino da Geografia:

- Programas; articulação; interdisciplinaridade.
- Planificação em Geografia:
 - * Objectivos e conteúdos.
 - * Métodos, técnicas e meios didácticos.
 - * Avaliação: observação e avaliação; tipos de avaliação; elaboração de instrumentos de avaliação; interpretação dos resultados.
 - Trabalho de campo: especificidade da preparação e implementação

5. Formas de actuação

Serão analisados os temas constituintes do programa, utilizando-se estratégias variadas que possam dar aos alunos uma visão ampla das diversas formas de actuação de um professor na sala de aula.

6. Avaliação

Proceder-se-á conforme as normas gerais de avaliação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- ALEXANDRE, F. e DIOGO, J. - Didáctica da Geografia, Lisboa, Texto Editora, 1990
- ANDRÉ, Yves et alii - Réresenter l'Espace, L'imaginaire spacial à l'école, Paris, Anthropos, 1989
- BAIGORRI, J. et alii - Enseñar la ciudad. Didáctica de la Geografía Urbana, Madrid, Ediciones de la Torre, 1987
- BAILEY, P. - Didáctica de la Geografía, Madrid, Editorial Cincel, 1985
- CAVACO, M.H. - A educação ambiental para o desenvolvimento, Col. Cadernos de Inovação Educacional, Lisboa, Escolar Editora, 1992
- COLL, C. et alii - Los contenidos en la Reforma, Madrid, Santillana, 1992
- DEBESSE-ARVISET, M. L. - A educação geográfica na escola, Coimbra, Livraria Almedina, 1978
- FAZENDA, I. (Org.) - Práticas interdisciplinares na escola, S. Paulo, Cortez Editora, 1991
- FERNANDEZ, Salvador Aldana - Didáctica de las Ciencias Humanas - Geografía, Alcoy, Editorial Marfil, 1982
- GRAVES, Norman J. - La enseñanza de la Geografía, Madrid, Visor Libros, 1985
- GRAVES, N. (coord.) - Nuevo método para la enseñanza de la Geografía, Barcelona, Editorial Teide, 1989
- POMBO, O. et alii - A interdisciplinaridade - Reflexão e experiência, Lisboa, Texto Editora, 1993
- SUREDA, J. e COLOM, A. - Pedagogia ambiental, Barcelona, Ediciones CEAC, 1989
- VERCHER, M.R. - Educacion ambiental: diseño curricular, Serie Educación y Futuro, Madrid, Ed. Cincel, 1990

Nota: Bibliografia específica para os assuntos a tratar será comunicada no momento adequado.

METODOLOGIA DO ENSINO DO PORTUGUÊS

Docentes: Dr^a Aida Santos
Dr^a Olívia Figueiredo

A. Objectivos.

Dada a complexidade do ensino/aprendizagem da língua materna, na sua dupla vertente - ensino da língua/ ensino da literatura -, e considerando o papel predominante da língua materna no ensino em geral, impõe-se uma relação muito estreita entre a teorização de certas problemáticas e a prática pedagógica enquanto objecto fundamental da disciplina em questão.

A presente proposta de programa, destinando-se a futuros professores de Português do ensino secundário (7º-12º Anos de Escolaridade), tem como objectivos:

I. Gerais

1. Compreensão do valor formativo - cognitivo e sócio-afectivo do ensino da língua materna.
2. Compreensão da relação da língua materna com o ensino /aprendizagem das outras áreas disciplinares curriculares.
3. Preparação para a actividade docente, através do equacionamento das variáveis complexas do acto pedagógico.

II. Específico.

Preparação para a planificação, execução e avaliação de aulas de Português, com vista a uma gestão competente dos programas nos vários níveis/anos de escolaridade.

B. Conteúdos programáticos.

I. Situação actual do ensino do Português.

1. Problematização dos objectivos do ensino da língua materna.
2. Análise dos programas oficiais.
3. Apreciação crítica de manuais disponíveis.

II. Problemas teórico-metodológicos

1. Curso Unificado.

Domínios: ouvir/falar, ler, escrever, funcionamento da língua.

- 1.1. A problemática da leitura: texto não literário/texto literário.
- 1.2. Pedagogia da oral
- 1.3. Pedagogia da escrita.
- 1.4. Instrumentos de análise: gramática de frase/gramática de texto.
2. Ensino Secundário.
 - 2.1. Relação ensino da língua/ensino da literatura.
 - 2.2. Relação teoria/metodologias.
 - 2.3. Didáctica da literatura: géneros literários; periodização.

III. Prática pedagógica:

Planificação de unidades didácticas nos vários níveis do ensino básico e secundário.

IV. Avaliação.

A problemática da avaliação na aula de língua materna.

BIBLIOGRAFIA

- AZNAR, E. et al. - Coherencia textual y lectura, Barcelona, I.C.E., 1991
- BRONCKART, J.P. - Le Fonctionnement des discours, Paris, Delachaux & Niestlé, 1985
- CHARMEUX, E. - L'écriture à l'école, Paris, CEDIC, 1983
"- La lecture à l'école, Paris, CEDIC, 1975
- CHIIS, J.L. et al. - Apprendre/Enseigner à produire des textes écrits, Bruxelles, De Boeck, 1987
- COHEN, I. - Vers une nouvelle pédagogie de la lecture, Paris, Armand Colin, 1983
- DENHIÈRE, G. - Il était une fois, Lille, Presses Universitaires, 1984
- FONSECA, Joaquim - Linguística e texto/Discurso: Teoria, Descrição, Aplicação, Lisboa, ICALP, 1992
"- Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português, Porto, Porto Editora, 1993
- FONSECA, Fernanda Irene - Gramática e Pragmática: Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português, Porto, Porto Editora, 1994
- FERNANDEZ, A. et alii - Didáctica del lenguaje, Barcelona, Ceac, 1982
- GOLDENSTEIN, J.-P. - Entrées en littérature, Paris, Hachette, 1990
- PETITJEAN, A. - Pratiques d'écriture, Paris, CEDIC, 1982
"- De la Lecture à l'Écriture, Paris, CEDIC, 1984

- PORQUIER, R.; BESSE, H. - Grammaires et didactiques des langues,
Paris, LAL, 1984
- VIGNER, G.- Écrire, Paris, CLE International, 1982
- " - Lire, Paris, CLE International, 1979

Nota: Ao longo do curso serão fornecidas indicações complementares de livros e revistas.

METODOLOGIA DO ENSINO DO FRANCÊS

Docentes: Dr^a Rosa Bizarro
Dr^a Ana Maria Ferreira

1. Metodologia do Ensino do Francês/Didáctica do Francês: que definição?

O que caracteriza a Didáctica, em geral, é a natureza complexa das relações que estabelecem, no seu campo, os elementos necessários à sua legitimidade, importados, estes de um conjunto de domínios de saber, no qual a hegemonia pertence, naturalmente, à disciplina de que ela assegura a pedagogização.

Assim sendo, a Didáctica das Línguas recorre fundamentalmente à Linguística e às Teorias da Comunicação, enquanto disciplinas fundadoras da sua legitimidade. Cruzam-se com elas, as disciplinas desempenham um papel instrumental na pedagogização de qualquer domínio de saber: a Psicologia e a Sociologia - as quais, combinadas com a Linguística, constituem respectivamente a Psicolinguística e a Sociolinguística -, a Psicologia Cognitiva, a Pedagogia, etc.

A rede de relações estende-se, depois, pelo recurso às disciplinas que intervêm no ensino do texto: a Literatura, a Semiótica, a Linguística Textual, a Filosofia.

Este leque já tão diversificado de "apports" enriquece-se com os conceitos e noções que sustentam o ensino da(s) Cultura(s) e da Civilização: a História, a Geografia, a História da Arte, a Economia, etc.

O discurso da Didáctica das Línguas surge, assim, como um discurso transversal a esses domínios de saber e é a comunidade de interesses com todos eles que dá unidade ao seu campo e lhe demarca as fronteiras.

2. Objectivos do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

2.1. Colaborar na formação da consciência deontológica que há-de orientar as futuras vidas profissionais dos formandos.

2.2. Formar, no futuro professor, a consciência do valor formativo do ensino/aprendizagem do Francês, Língua estrangeira, na dupla vertente instrumental e cultural.

2.3. Despertar, no formando, a apetência pela autoformação (inicial e contínua), através da gestão e racionalização autónomas do estudo e pesquisa que deverão orientar a sua vida profissional futura.

2.4. Levar o formando a construir o quadro teórico- metodológico específico da Didáctica da Língua estrangeira, em articulação com as restantes áreas das Ciências da Educação que integram o seu plano de estudos do Ramo Educacional, em ordem à consciencialização do porquê das práticas pedagógicas peculiares ao ensino/aprendizagem do Francês.

3. Conteúdos do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

3.1. A componente teórica da Didáctica: a Didactologia.

3.1.1. Enquadramento histórico, económico, sociopolítico e cultural dos diversos modelos pedagógicos do ensino/aprendizagem do Francês, numa perspectiva crítica que opere dentro dos seguintes parâmetros:

- Objectivos.
- Conteúdos.
- Estratégias/actividades.
- Problemática do acesso ao sentido em língua estrangeira.
- Relação pedagógica professor/aluno.

3.1.2. Tendências actuais da Didáctica do Francês: o eclectismo que tende a compatibilizar elementos teórico-práticos saídos dos diversos modelos pedagógicos: modelo tradicional, métodos estruturoglobais (M.A.V.), paradigma comunicacional, pedagogia do projecto.

3.1.3. A introdução da componente cultural e intercultural (perspectiva do Conselho da Europa) no ensino/aprendizagem do Francês

3.2. Áreas teórico-metodológicas.

3.2.1. A prática oral da comunicação, na dupla vertente: recepção e produção.

3.2.2. A leitura na sua relação com a produção escrita:

- Tipos de leitura.
- Tipologia de textos.

Estratégias de leitura.

3.2.3. A gramática de frase e a gramática de texto.

3.2.4. A Pedagogia do erro.

3.2.5. O ensino/aprendizagem das línguas e das culturas.

4. A componente prática do Curso de Metodologia do Ensino do Francês.

4.1. Compreensão / produção de discursos.

4.1.1. Elaboração de análises de vários tipos de textos orais e escritos.

4.1.2. Aplicação, a textos considerados "documentos autênticos", dos princípios pedagógicos que se lhes adequam.

4.2. Materiais de ensino/aprendizagem.

4.2.1. Elaboração de fichas de leitura, de observação / avaliação de actividades de aula e outras.

4.1.3. Elaboração de exercícios comunicativos e/ou gramaticais.

4.1.4. Construção e exploração pedagógica de materiais audiovisuais.

5. Planificação de unidades didácticas para os vários níveis de ensino/aprendizagem do Francês.

5.1. Elaboração de análises críticas sobre os conteúdos programáticos.

5.2. Definição de objectivos.

5.3. Selecção de itens linguísticos de acordo com os objectivos definidos.

5.4. Selecção de actividades de acordo com as necessidades dos alunos, os objectivos definidos e a personalidade do professor, tendo em vista o desenvolvimento das quatro capacidades de base (ouvir, falar, ler, escrever).

5.5. Selecção de meios auxiliares adequados às actividades escolhidas.

5.6. Encadeamento lógico dentro da lição, dentro da unidade, entre várias unidades.

6. Execução.

6.1. Gestão correcta do tempo, do espaço, do equipamento e dos materiais.

6.2. Desenvolvimento de atitudes sociais com a cooperação e a interajuda.

6.3. Desenvolvimento de capacidades de observação.

6.4. Desenvolvimento de capacidades de reacção a situações imprevistas.

7. Avaliação.

7.1. Objectivos e princípios gerais.

7.2. Avaliação de actividades de compreensão e de produção orais.

7.3. Avaliação através de testes escritos.

BIBLIOGRAFIA

1. BAUTIER, E. et al. - Lignes de force du renouveau actuel en didactique des langues étrangères, Col. DLE, Paris, Clé Internationale, 1986
2. BESSE, H.; GALISSON, R. - Polémique en didactique: du renouveau en question, Col. DLE, Paris, Clé International, 1980
3. DULAY; BURTRAND; KRASHEN - Language Two, New York, Oxford University Press, 1981
4. GLASSION, R. et al. - D'autres voies pour la didactique des langues étrangères, Col. LAL, Paris, Crédit-Hetier, 1982

5. HYMES,D.H. - Vers la compétence de communication, Col. LAL, Paris, Crédit-Hatier, 1984
6. MOIRAND, S. - Enseigner à communiquer en langue étrangère, Paris, Hachette, 1982
7. PORQUIER, R - Aspects psychologiques de l'apprentissage des langues, Texte d' une conférence organisée en Janvier 1982, à l'université de Compiègne
8. RICHTERICH, R. - Communication orale et apprentissage des langues, Col. F, Paris, Hachette, 1975
9. ROULET, E. - Langue maternelle et langues secondes - Vers une pédagogie intégrée, Col. LAL, Paris, Crédif-Hattier, 1980
10. VERDELHAN, M. - Renouvellement des concepts en didactiques et formation des enseignants de français langue étrangère, "Langue Française", n° 55, Sept. 1092

NOTA: Serão fornecidas indicações bibliográficas específicas ao longo do curso.

METODOLOGIA DO ENSINO DO INGLÊS

Docentes: Prof. Doutor Manuel Gomes da Torre

Dr^a Maria João Alvelos

Dr.^r Alípio Barra

Dr^a Margarida Vilela

Dr^a Maria Paula Correia

Pressupostos

O presente programa parte do princípio de que as restantes disciplinas curriculares científicas já forneceram aos estudantes conhecimentos sobre e domínio da língua inglesa que os capacitem para as implicações deste programa; e que as disciplinas que fazem parte da via educacional contribuem, conjuntamente, para proporcionar aos estudantes formação suficiente em matérias da pedagogia geral e das ciências da educação.

Objectivos

Em consequência dos pressupostos apontados, os objectivos desta disciplina colocam-se, rigorosamente, dentro das fronteiras que lhe são específicas e são os seguintes:

- a) Informar os estudantes sobre o percurso seguido pelo ensino/aprendizagem das línguas estrangeiras ao longo dos tempos;
- b) Analisar as abordagens e métodos mais recentes numa perspectiva crítica conscientemente construtiva;
- c) Despertar nos estudantes o gosto e a necessidade de uma permanente actualização;
- d) Pôr os estudantes em contacto com a literatura essencial para a abordagem dos temas do programa;
- e) Desenvolver nos estudantes a capacidade de conceberem materiais de trabalho, tais como planos de lição, testes, exames e outras formas de avaliação de conhecimentos;
- f) Familiarizar os estudantes com a teoria e com os meios práticos da avaliação de conhecimentos;
- g) Desenvolver nos futuros professores um esclarecido espírito de independência no sentido de adoptarem as atitudes pedagógico-didácticas mais consentâneas com a sua maneira de ser, com a natureza dos seus alunos e com as condições de trabalho que lhes sejam proporcionadas;

h) Apelar aos estudantes no sentido de preservarem uma rigorosa deontologia profissional;

i) Analisar com os estudantes os programas de inglês em vigor nas escolas do ensino secundário, familiarizando-os com os respectivos conteúdos.

.Programa

0. O que é a metodologia do ensino (ou didáctica) das línguas vivas estrangeiras:

0.1 Definição;

0.2 Terminologia específica introdutória.

1. História breve dos processos de aprendizagem/ensino das línguas estrangeiras:

1.1 A aprendizagem natural na transmissão das línguas de geração em geração;

1.2 O início do ensino deliberado das línguas estrangeiras:

1.2.1 O ensino do grego aos jovens da aristocracia romana;

1.2.2 A divulgação do latim nas províncias do Império Romano.

1.3 O ensino do latim nas escolas:

1.3.1 Durante a Idade Média;

1.3.2 No Renascimento;

1.3.3 O fim do latim como língua viva.

1.4 A consagração do método da gramática e tradução no século XVIII como corolário de uma longa tradição.

1.5 O século XIX: a continuidade e o começo da mudança:

1.5.1 O reforço do gramaticismo teórico e da análise gramatical;

1.5.2 O desenvolvimento da fonética e da psicologia;

1.5.3 As tentativas inovadoras dos finais do século: o Método Natural, o Método Psicológico (ou das Séries), o Método Fonético, o Método da Reforma.

1.6 O século XX:

1.6.1 O(s) Método(s) Directo(s).

1.6.2 O audiolingualismo behaviorista;

1.6.3 O código cognitivo;

1.6.4 O movimento comunicativo;

1.6.5 Os métodos humanísticos;

1.6.6 O inglês para fins específicos (ESP);

1.6.7 O movimento para a consciencialização ('language awareness' e as suas implicações metodológicas.

1.6.8 A aprendizagem autónoma: meios e processos.

1.7 Os estudos ingleses em Portugal: história e situação actual.

2. Disciplinas subsidiárias da didáctica das línguas vivas estrangeiras:

2.1 A linguística geral;

2.2 A linguística aplicada:

2.2.1 A análise contrastiva;

2.2.2 A análise de erros;

3. A língua materna:

3.1 A transferência da língua materna: -T e +T;

3.2 O papel da tradução: tradução como objectivo, tradução como meio.

A retroversão;

4. A gramática:

4.1 Aprendizagem indutiva da gramática;

4.2 A explicitação gramatical (consciencialização da aprendizagem);

5. A cultura e a civilização de L2.

6. Componentes práticas do curso:

6.1 O ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira:

6.1.1 A comunicação: sua caracterização;

6.1.2 O desenvolvimento da competência linguística e comunicativa;

6.1.3 Fases de ensino/aprendizagem;

6.1.4 Tipologia de exercícios;

6.1.5 Os capacidades ('skills') receptivas e os capacidades produtivas.

6.2 Análise dos programas de inglês para o ensino secundário.

6.3 Análise de manuais e outros materiais de ensino.

6.4 Planificação do ensino/aprendizagem:

6.4.1 Plánification a curto, médio e longo prazos;

6.4.2 Definição de objectivos, selecção de conteúdos, estratégias e actividades, desenvolvimento de materiais auxiliares;

6.4.3 Elaboração de planos de aula e de unidade para níveis diferenciados.

7. A avaliação de conhecimentos:

7.1 Princípios e objectivos ;

7.2 Avaliação 'tradicional';

7.3 Avaliação 'objectiva'.

BIBLIOGRAFIA

Nota - A inclusão dos títulos seguintes (considerados essenciais) não significa obrigatoriedade de leitura integral de todas as obras. Pontualmente, à medida que o programa for cumprido, serão dadas indicações sobre as partes de leitura obrigatória.

- BARTRAM, Mark & WALTON, Richard 1991. Correction. Mistake Management. A positive approach for language teachers. Hove: Language Teaching Publications.
- BRUMFIT, Christopher 1980. Problems and Principles in English Teaching. Oxford: Pergamon.
- CANDLIN, Christopher 1983. The Communicative Teaching of English. Longman.
- CORDER, S.Pit 1982. Error Analysis and Interlanguage. O.U.P.
- DOFF, Adrian 1989. Teach English. A training course for teachers (Trainer's Handbook + Teacher's Workbook), C.U.P.
- HARMER, Jeremy 1993 (new edition). The Practice of English Language Teaching. Longman.
- HOWATT, A.P.R. 1984. A History of English Language Teaching. O.U.P.
- JAMES, Carl 1972. "Foreign language learning by dialect expansion", in NICKEL, Gerhard (ed.) Papers from the international Symposium on Applied Linguistics. Bielefeld: Cornelsen-Velhagen & Klasing: 1-11.
- JAMES, Carl 1981. "The transfer of communicative competence", in FISIAK, J.(ed.) Contrastive Linguistics and the Language Teacher. Oxford: Pergamon.
- JAMES, Carl 1980. Contrastive Analysis. Longman.
- JMES, Carl & GARRETT, Peter 1991. Language Awareness in the Classroom. London/N. Yorl: Longman.
- JOHNSON, Keith & MORROW, Keith (eds.)1981. Communication in the Classroom. Longman.
- LEWIS, Michael & HILL, Jimmie 1985. Practical Techniques for Language Teaching. Hove: Language Teaching Publications.
- MC LAUGHLIN, Barry 1988. Theories of Second-Language Learning. Edward Arnold.
- ODLIN, Terence 1989. Language Transfer. Cross-linguistic influence in language learning, C.U.P.

- O'MALLEY, J. Michael & CHAMOT, Anne Uhl 1990. Learning Strategies in Second Language Acquisition. C.U.P.
- SELIGER, Herbert W. & LONG, Michael H. (eds.) 1983. Classroom oriented Research in Second Language Acquisition. New York: Newbury House Publishers.
- STERN, H.H. 1984. Fundamental Concepts of Language Teaching. O.U.P.
- WIDDOWSON, Henry 1978. Teaching Language as Communication. O.U.P.
- WILKINS, David 1976. Notional Syllabuses. O.U.P.

METODOLOGIA DO ENSINO DO ALEMÃO

Docente: Dr^a Maria Emilia Domingues

I. OBJECTIVO TERMINAL

Aquisição de conhecimentos de carácter teórico-prático que permitam ao futuro professor de Alemão o desenvolvimento de uma prática lectiva correcta.

OBJECTIVOS INTERMÉDIOS

- Reconhecer o papel da Didáctica Específica no conjunto curricular das Ciências da Educação.
- Reconhecer o contributo da disciplina de Alemão para a formação integral do aluno.
- Analisar os problemas do ensino do alemão em Portugal.
- Analisar os conteúdos programáticos do Alemão no ensino secundário.
- Perspectivar criticamente as diversas abordagens e métodos do ensino das línguas estrangeiras.
- Planificar correctamente as actividades pedagógicas.
- Seleccionar conteúdos, materiais e estratégias adequadas à consecução do referido no ponto anterior.
- Desenvolver técnicas de ensino-aprendizagem para o ensino do Alemão.
- Conhecer processos de avaliação pedagógica.
- Mobilizar os conhecimentos adquiridos numa perspectiva de auto-avaliação e de formação contínua, tendo em vista o desenvolvimento de um estilo próprio.

II. ITENS PROGRAMÁTICOS

1. O ensino das línguas estrangeiras.
 - 1.1. O objecto e a função da Didáctica Específica.
 - 1.2. Métodos e técnicas de ensino.
 - 1.3. O contributo das Ciências da Linguagem.
 - 1.4. As Teorias da Aprendizagem de L2.
2. Perspectivação histórica das abordagens e dos métodos no ensino das línguas estrangeiras.

3. Análise dos objectivos e dos conteúdos programáticos da disciplina de Alemão no Ensino Secundário.

4. Análise de manuais e de outros materiais auxiliares de ensino.

5. Planificação do Ensino-Aprendizagem.

5.1. Princípios orientadores.

5.2. Planificação anual, periodal, de unidade e de aula.

5.2.1. Definição de objectivos.

5.2.2. Selecção de itens linguísticos e sócio-culturais.

5.2.3. Selecção da tipologia dos exercícios.

5.2.4. Selecção de estratégias/actividades.

5.2.5. Selecção de materiais auxiliares.

6. Desenvolvimento da competência linguística e comunicativa.

6.1. Estratégias de interacção.

6.2. Identificação de necessidades de comunicação, intenções e papéis.

6.3. O desenvolvimento integrado das quatro capacidades linguísticas de base.

6.3.1. Capacidades de compreensão (ouvir e ler).

6.3.2. Capacidades de expressão (falar e escrever).

6.4. Os materiais auxiliares de ensino e a sua utilização didáctica.

6.5. Os materiais autênticos.

6.6. A progressão na aprendizagem. A tipologia de exercícios.

6.7. Os aspectos sócio- e interculturais.

6.8. O papel da gramática.

6.8.1. Análise de vários modelos.

6.8.2. A progressão gramatical.

7. O Trabalho-Projecto e a interdisciplinaridade. Os "Baukästen".

8. Avaliação do processo ensino-aprendizagem.

8.1. Avaliação e testagem - princípios orientadores.

8.2. Funções da avaliação.

8.3. Tipos de avaliação.

8.4. Tipos de testes.

8.5. Elaboração de matrizes.

8.6. Elaboração de testes.

8.7. Correcção de testes.

8.8. Recolha e tratamento de dados.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

BADEGGER, M. - Kontaktschwelle Deutsch als Fremdsprache Europarat
(hg)

DESSELMANN, G. und Hellmich, H. - Didaktik des Fremdsprachenunterrichts (Deutsch als Fremdsprache), VEB Verlag Enzyklopädie Leipzig, 1986

EDELHOFF, C. - Authentische Texte im Deutschunterricht, München, Hueber, 1987

GREWER, KRUGER, NEUNER - Übungsformen und Sequenzen im kommunikativen Deutschunterricht, Berlin, Langenscheidt, 1981

HAROLD, S. MADSEN - Techniques in Testing, Oxford University Press, 1983

HENRICI, Gert - Studienbuch: Grundlagen für den Unterricht im Fach Deutsch als Fremd- und Zweitsprache (und anderer Fremdsprachen). Paderborn, Ferdinand Schöningh, 1986

KRASHEN, S.D. - The Natural Approach, Oxford, pergamón/Alemany, 1983

LOHFERT, W. - Kommunikative Spiele für Deutsch als Fremdsprache, München, Hueber, 1986

MEESE, H. - Systematische Grammatikvermittlung und Spracharbeit, Berlin, Langenscheidt, 1984

MEYER, Hilbert - Unterrichtsmethoden I: Theorieband/ II: Praxisband. Frankfurt am Main, Scriptor Theorieband 1987 / Praxisband 1988

NEUNER, G.; EDELHOFF, C. e outros - Didáctica das Línguas estrangeiras, Lisboa, Apáginastantas, 1985

"- Übungstypologie zum kommunikativen Deutschunterricht, Berlin und München Langenscheidt, 1981

PIEPHO, H. E. - Deutsch als Fremdsprache in Unterrichtsskizzen Heidelberg, Quelle und Meyer, 1980

RICHARDS, J.C.; RODGERS, T.C. - Approaches and Methods in Language Teaching. Cambridge language teaching library, Cambridge, 1986

the first time, and the author has been unable to find any reference to it in the literature. It is described here in detail, and its properties are discussed. The method is based on the use of a thin film of a polymer which is soluble in organic solvents, but insoluble in water. The film is applied to a substrate, and the solvent is allowed to evaporate. The resulting film is then treated with a solution of a metal salt, such as silver nitrate, which reacts with the polymer to form a metal complex. This complex is then reduced by a reducing agent, such as sodium borohydride, to form a metal nanoparticle. The size of the nanoparticle can be controlled by varying the concentration of the metal salt and the reducing agent. The method is simple, rapid, and can be used to produce nanoparticles of various sizes and shapes.

ÍNDICE

Introdução às Ciências da Educação	1
Organização e Desenvolvimento Curricular	3
Psicologia e Desenvolvimento da Aprendizagem	8
Metodologia do Ensino em História	10
Metodologia do Ensino em Filosofia	13
Metodologia do Ensino em Geografia	16
Metodologia do Ensino em Português	19
Metodologia do Ensino em Francês	22
Metodologia do Ensino em Inglês	26
Metodologia do Ensino em Alemão	31